

ATA DA NONAGÉSSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

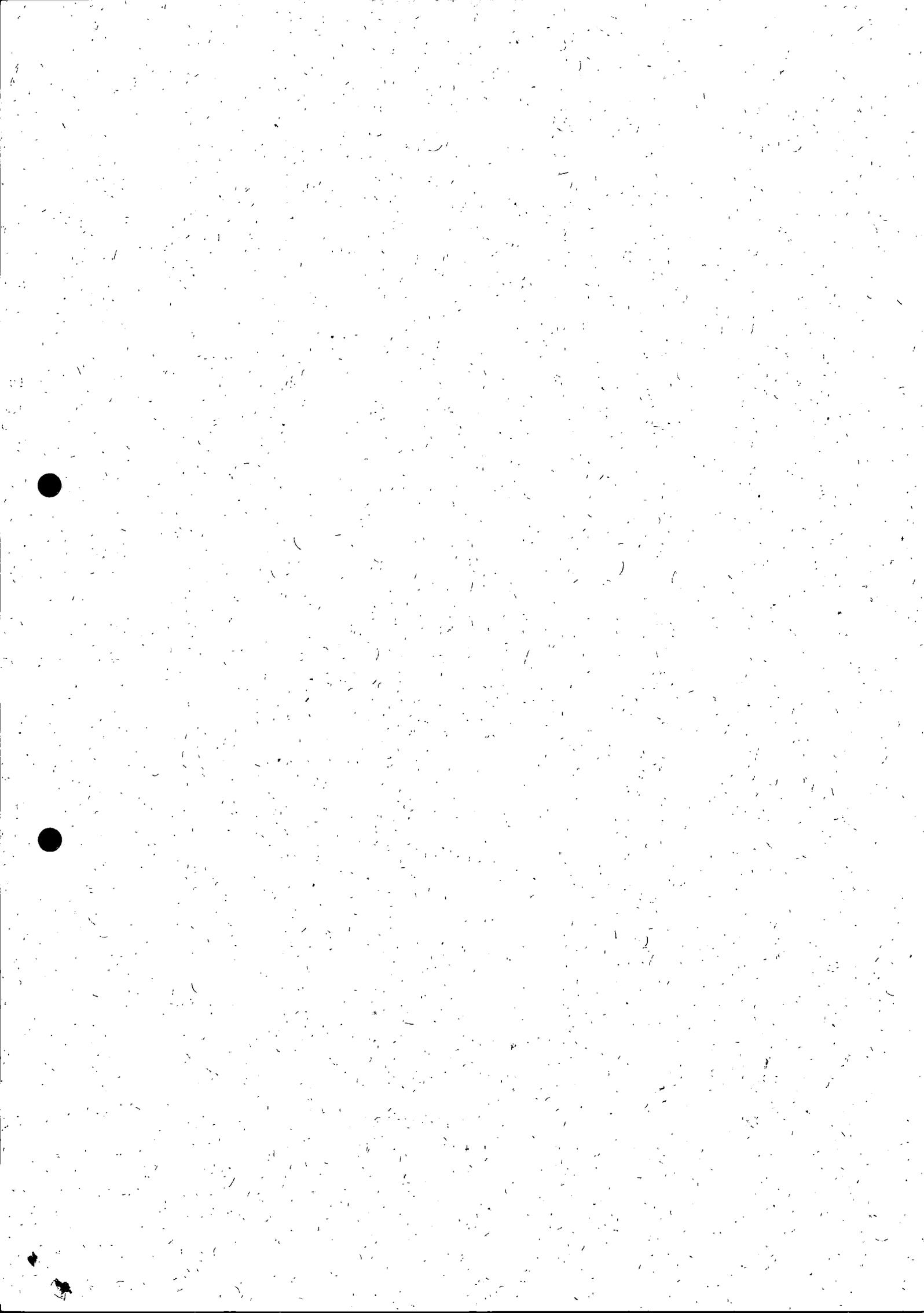
Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na sala 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP) reuniu-se em sessão ordinária com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vice-presidente do CGFNSP e presidente desta sessão; Guilherme Zambarda Leonardi, representante suplente do Ministério da Justiça (MJ); Pedro Helena Pontual Machado, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Luiz Pontel de Souza e Myron Moraes Pires, representantes titular e Suplente, respectivamente, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Eduardo Franca Neves Bassani, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ana Paula Diniz de Mello Moreira, representante suplente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, saudou e deu as boas vindas ao conselheiro titular da Casa Civil/PR, Pedro Helena Pontual Machado. Ato contínuo, ele informou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Apresentação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON); 2) Exposição sobre os investimentos feitos pelo Ministério da Justiça destinados à área de perícia no âmbito do Programa "Brasil mais Seguro"; 3) Apresentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP); 4) Apresentação do Programa: Crack é possível vencer.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente esclareceu que esta reunião foi convocada por interesse da SENASP com o objetivo de apresentar aos novos conselheiros os Projetos Prioritários da SENASP, independente desses projetos serem financiados ou não pelo Fundo Nacional de Segurança Pública. Ele destacou que a visão geral da política de segurança pública priorizada pela SENASP era importante, pois, desse modo, os Conselheiros poderiam melhor avaliar as propostas apresentadas ao Conselho.

Em seguida, ele informou que devido à necessidade de compatibilização de agendas entre os técnicos da SENASP, as exposições começariam pelo segundo item da pauta. Dito isso, ele explicou que o Programa "Brasil mais Seguro" não era financiado pelo FNSP e passou a palavra à Dra. Isabel Seixas de Figueiredo. A servidora explicou que o escopo do citado Programa envolvia diversas áreas, contudo, sua exposição se restringiria somente à parte voltada para a Perícia. Em seguida ela abordou os seguintes pontos: 1) O foco do Brasil mais Seguro: redução da criminalidade violenta. 2) o eixo: fortalecimento da capacidade investigativa dos estados e estruturação das unidades de perícia; 3) A política de investimentos em perícia desenhada pela SENASP. Neste momento, houve uma pequena interrupção para a apresentação do Secretário Nacional de Segurança Pública - Substituto, o Dr. Marcello Barros de Oliveira. Continuando, a Dra. Isabel encerrou o item 3 e passou a discorrer sobre: 4) as diferenças de estrutura, em termos de reaparelhamento, existentes entre as unidades de perícia estaduais; 5) os investimentos em convênio e em aquisição direta – exercício de 2013; 6) a criação dos centros regionais de perícia; 6) o projeto SISBALA – Sistema de Indexação Balística; 7) os investimentos em capacitações em perícia nas seguintes áreas: perícia em local de crime violento; balística forense; medicina legal; genética forense; informática forense; química forense e papiloscopia forense; e 8) estudos com vistas à padronização de alguns procedimentos em perícia. Registra-se que ao longo da exposição houve a intervenção dos conselheiros que tiraram dúvidas e fizeram considerações julgadas pertinentes.

Em seguida, a palavra foi passada ao servidor Rogério B. Carneiro para a apresentação do item 3 da pauta. Na exposição feita foram destacados os seguintes aspectos: 1) A definição do SINESP; 2) Os objetivos do SINESP; 3) O SINESP a partir da publicação da Lei nº 12.681/2012; 4) O foco do modelo atual do SINESP: Estatística e Operacional. O servidor detalhou as principais características de cada um destes dois focos; 4) Os três perfis de acesso do SINESP: Estratégico, Operacional e Inteligência; 5) o funcionamento do Portal, e, para tanto, foram exibidas diversas telas que demonstravam de modo prático o funcionamento de alguns módulos já em operação e outros ainda em desenvolvimento. No decorrer desta explanação, os conselheiros não só fizeram questionamentos sobre os módulos expostos como também expressaram suas opiniões e orientações sobre situações que envolvem questões legais

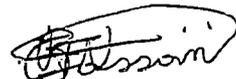


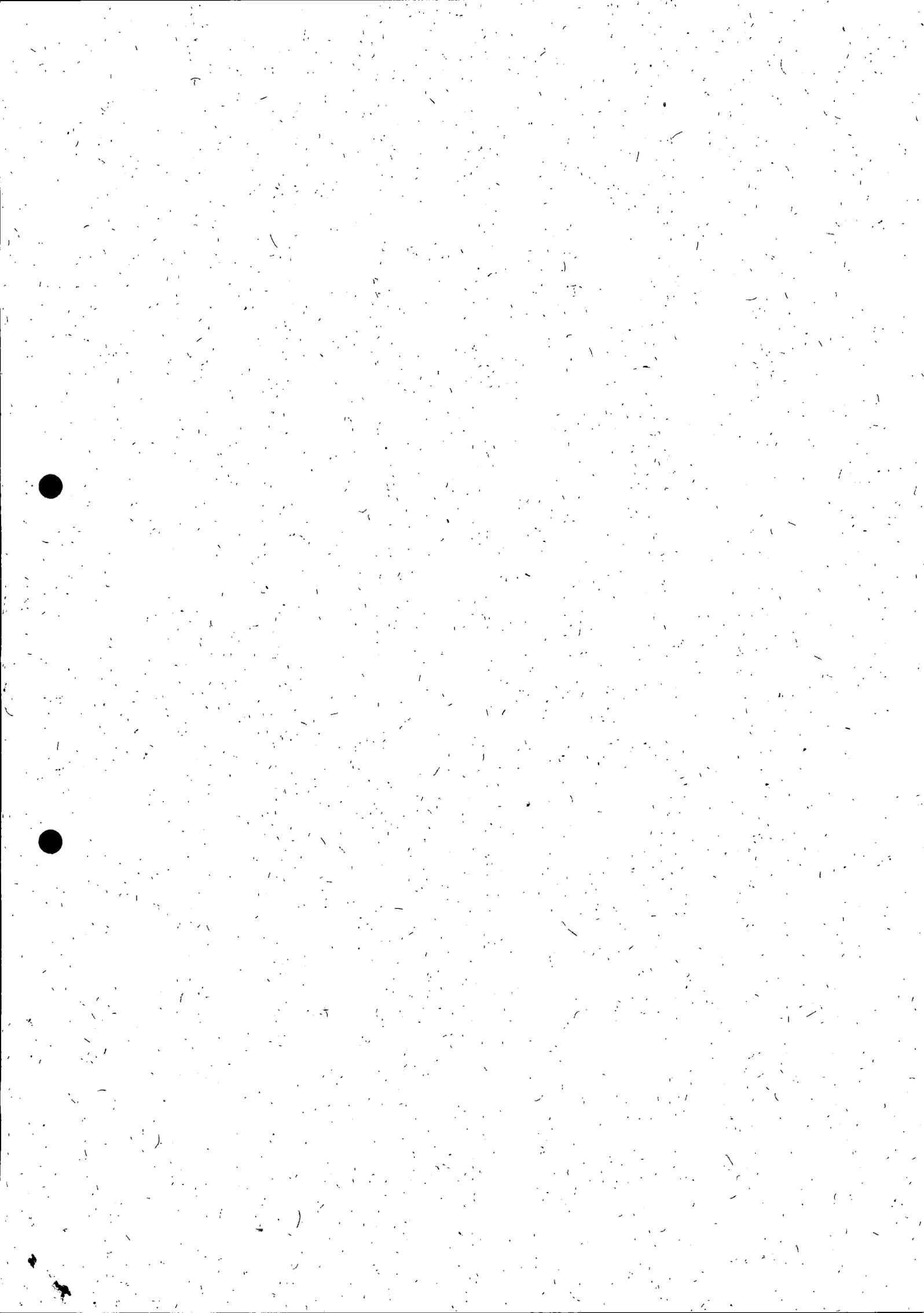


relacionadas ao compartilhamento de fontes de informações/bancos de dados considerados sensíveis/protegidos. Do mesmo modo, o Dr. Marcello Barros de Oliveira interveio em diversos momentos para ampliar as informações transmitidas pelo técnico da SENASP e esclarecer questões apresentadas pelo Colegiado. Por fim, o servidor apresentou as áreas de atuação do SINESP: Definições de Nível Estratégico; Definições Metodológicas e Definições de Tecnologia da Informação. Neste contexto, ele declarou que foi identificado que existem muitas divergências entre os estados no registro de crimes ocorridos. O servidor explicou que isto ocorre porque os estados ao fazerem a capitulação de um crime com os tipos penais constantes no Código Penal Brasileiro são influenciados pelo regionalismo ou por interesses políticos. Na influência de regionalismo foi citado como exemplo o crime de abigeato, dentre outros. Na questão envolvendo interesses políticos foram exemplificadas diferentes forma de registros de um homicídio, a saber: encontro de cadáver, remoção para verificação de óbito, morte a esclarecer, morte suspeita, dentre outros. O servidor destacou que neste exemplo a forma de registro escolhida é motivada conforme o resultado que se deseja forjar. Ele destacou que do ponto de vista da estatística, a padronização de registro de crimes em nível nacional era extremamente importante, sob pena de não se obter os resultados esperados pelo Programa. Dito isto, o tema foi amplamente discutido entre a área técnica e os conselheiros. Os conselheiros concordaram com a importância da padronização e por diversas vezes manifestaram suas opiniões nas rodadas de discussões que se seguiram sobre o tema. Finalmente, foi destacado que a SENASP vem empreendendo grandes esforços em várias frentes para obter esta padronização e também pacificar entendimentos legais em várias áreas de atuação do SINESP, razão pela qual julgava importante o apoio dos conselheiros no que estivesse ao alcance de seus respectivos órgãos. Com a palavra, o vice-presidente agradeceu a participação dos conselheiros nas discussões desenvolvidas no contexto desta apresentação e declarou que elas eram importantes porque enriquecem o entendimento e ajudam na busca de soluções para os problemas apontados. O Dr. Marcello Barros de Oliveira também agradeceu a participação dos conselheiros; ponderou que algumas discussões eram complexas e longas, contudo, extremamente necessárias; declarou que o projeto SINESP será de grande importância para segurança pública porque ajudará não só em questões tecnológicas e de estatísticas, mas principalmente na gestão da política de segurança pública do País. Concluída a exposição deste item, o Dr. Marcello deixou a reunião em função de outros compromissos.

Em seguida foi retomado o primeiro ponto de pauta, a Dra. Cristina Gross Villanova esclareceu que o projeto ENAFRON captava recursos do Fundo e, portanto, era de conhecimento de alguns conselheiros. Os pontos abordados por ela foram os seguintes: 1) Os aspectos das fronteiras brasileiras: arco sul, arco central e arco norte; 2) O plano estratégico de fronteiras: a) Pilares: a integração, a cooperação e a articulação; b) Órgãos participantes: Vice Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério da Justiça, representado pela SENASP, pela Secretária Nacional de Justiça, pelo Departamento de Polícia Federal e pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal; e c) O Decreto nº 7496/2011 que a criou o Plano Estratégico de Fronteiras; 3) O programa ENAFRON; 4) Os investimentos realizados e 5) As principais ações e desafios para 2013. A Dra. Cristina detalhou cada um dos pontos salientados e simultaneamente esclareceu os questionamentos feitos por alguns conselheiros.

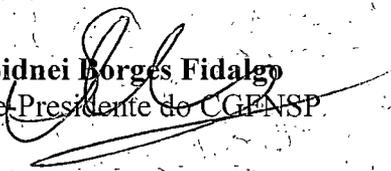
A Dra. Cristina Gross Villanova apresentou também o Programa: "Crack é possível vencer". Inicialmente, ela definiu o programa. Em seguida, ressaltou que este programa era realizado em conjunto com três Ministérios: 1) Ministério da Justiça, representado pela SENASP, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e pelo Departamento de Polícia Federal; 2) Ministério da Saúde; e 3) Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Em seguida, ela esclareceu que a abrangência do Programa era muito ampla e por isto ela apresentaria de forma geral a concepção do projeto, a saber: 1) Os três eixos fundamentais: I) autoridade; II) cuidado e III) prevenção; 2) explicou rapidamente cada um destes eixos; 3) os objetivos do programa; 4) ações desenvolvidas e apoiadas pelo programa. Neste contexto, a servidora falou amplamente das ações do programa, enriquecendo a apresentação com diversos exemplos e experiências vivenciadas. Foi dada também uma ênfase especial às atividades desenvolvidas pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Finalizando, ela destacou as atividades do programa desenvolvidas no âmbito da SENASP. No contexto da apresentação foi informado que este

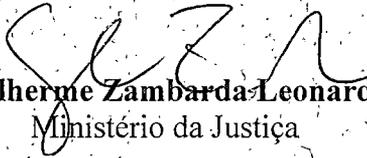


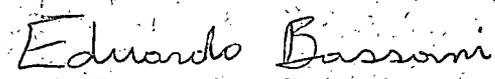


programa não era financiado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Com a palavra, o vice-presidente agradeceu as apresentações feitas e a presença dos conselheiros.

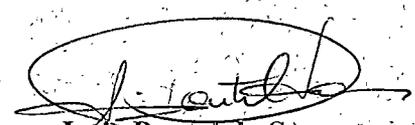
Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.


Sidnei Borges Fidalgo
Vice-Presidente do CGENSP


Guilherme Zambarda Leonardi
Ministério da Justiça


Eduardo Franca Neves Bassani
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão


Pedro Helena Pontual Machado
Casa Civil da Presidência da República


Luiz Pontel de Souza
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Ana Paula Diniz de Mello Moreira
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
da República

